

## TURISMO E ACESSIBILIDADE NO MUNICÍPIO DE PELOTAS: PERCEPÇÃO DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE TURISMO – UFPEL

JÉSSICA PERES<sup>1</sup>; MARIANA PERES<sup>2</sup>; ANGELA NEDIANE DOS SANTOS<sup>3</sup>;  
SARAH MARRONI MINASI<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – jessicavperes7@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal do Rio Grande – mvianaperes@yahoo.com.br

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas– angelanediane@gmail.com

<sup>4</sup>Universidade Federal de Pelotas – sarahminasi@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

As pessoas com deficiência devem desfrutar, em igualdade de condições dos espaços e equipamentos público e privados em geral (praças, agências bancárias, cinema, supermercados), bem como da atividade turística. Nesse sentido, os espaços e equipamentos público e privados devem estar adaptados para atendimento desse público. Tendo isso em vista, o presente trabalho tem por objetivo analisar se o município de Pelotas é considerado acessível e se dispõe de equipamentos e espaços público e privados acessíveis.

SANTINI (1993) assinala duas formas de entendimento para espaços e equipamentos. O primeiro, sugere que os conceitos sejam encarados como sinônimos. Já o segundo, faz clara distinção entre os termos. O espaço é entendido como o suporte para os equipamentos. Já os equipamentos são compreendidos como os objetos que organizam o espaço em função de determinada atividade.

No que tange à acessibilidade, BARCELLOS e CAMPANTE (2012) compreendem a mesma como sendo um mecanismo para eliminar as desvantagens sociais enfrentadas pelas pessoas com deficiência. Logo, tendo em vista os princípios da igualdade e da cidadania, o turismo acessível é um instrumento de inclusão para as pessoas com deficiência.

Segundo Darcy (2006) o turismo acessível é o processo que permite aos indivíduos com deficiência o acesso independente, em igualdade de condições e com dignidade, de produtos e serviços turísticos.[tradução nossa]

### 2. METODOLOGIA

Este trabalho tem por objetivo analisar se o município de Pelotas é considerado acessível e se dispõe de equipamentos e espaços público e privados acessíveis. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa. Assim, realizou-se pesquisa bibliográfica e entrevista semiestruturada realizada no dia 11 de julho de 2016, com 5 acadêmicos do primeiro e terceiro semestre do Curso de Bacharelado em Turismo da UFPel. Nesse sentido, a escolha dos participantes deu-se aleatoriamente, em um dia de aula no Campus Porto, baseada na disponibilidade dos acadêmicos em participarem da pesquisa.

O roteiro de entrevista semiestruturado foi elaborado com 8 perguntas que abordavam os temas acessibilidade e turismo acessível. As questões feitas aos alunos referem-se às suas percepções quanto ao turismo acessível na cidade de Pelotas. As entrevistas foram gravadas e transcritas mediante aprovação dos acadêmicos via termo de consentimento livre e esclarecido. Para elucidar as falas de cada um dos entrevistados foram designadas as letras A, B, C, D e E. Desse modo, após a transcrição das entrevistas, foi realizada a análise dos dados a

partir das respostas dos entrevistados, de forma qualitativa, levando em conta todas as considerações feitas acerca dos temas acessibilidade e turismo acessível.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A entrevista buscou analisar se o município de Pelotas é considerado acessível e se dispõe de equipamentos e espaços público e privados acessíveis. Logo, o interesse pelo tema surgiu a partir da realização da XI Semana Acadêmica do Curso de Turismo, a qual tinha como tema “Acessibilidade no Turismo”. O evento ocorreu de 21 a 24 de junho de 2016, sendo organizado pelo Diretório Acadêmico do Curso de Bacharelado em Turismo em parceria com os acadêmicos que cursavam a disciplina de Gestão de Eventos.

Nesse sentido, a primeira pergunta questionava o que os acadêmicos entendiam por acessibilidade. Estes associaram acessibilidade a questão de infraestrutura, bem como à inclusão de pessoas que possuem alguma necessidade especial, relacionando o termo à facilidade de acesso, de forma independente pela pessoa com deficiência, especialmente no que se refere ao acesso físico. E também salientaram que a acessibilidade ultrapassa o viés estrutural e não pode ser voltado apenas para pessoas que possuam deficiência física, havendo a necessidade de pensar em melhorar as condições de acesso para cegos e surdos, por exemplo.

[...] a gente tá sempre falando da questão de acessibilidade, na acessibilidade pro cadeirante, mas tem a acessibilidade pros surdos, acessibilidade pros cegos, tem todas essas questões de acessibilidade que são muito vinculadas apenas a acessibilidade à cadeirantes, deficientes físicos. Tem outros tipos de deficiência, outros portadores, pessoas com deficiência, acho que é o termo correto, que vai muito além da cadeira de rodas. (ACADÊMICO A, 2016)

Já a segunda pergunta, abordava se os entrevistados consideravam Pelotas, um município acessível. Dos 5 entrevistados, 4 não consideram o município acessível e apenas 1 considera. Aqueles que não consideram, destacaram lugares que não possuem acessibilidade como: calçadas, restaurantes, hotéis e até hospitais. As ruas do município também foram citadas pelo fato de muitas serem em paralelepípedo, não serem asfaltadas e apresentarem irregularidades que impossibilitam o deslocamento de usuários. Já o único acadêmico que considera a cidade acessível, alegou não conhecer muitos lugares, mas pelas ruas que frequenta, considera acessível. A partir disso, foi indagada a possibilidade do acadêmico estar no lugar de um cadeirante ou cego, e nesse instante, o mesmo disse que como cadeirante conseguiria se locomover, mas sendo cego, não seria possível: “[...] um cadeirante sim, um cego não. Eles pensam mais no lado do cadeirante, sempre. É como se só o cadeirante fosse deficiente, outro tipo de coisa assim.” (ACADÊMICO C, 2016).

A terceira pergunta questionava se os entrevistados conheciam um espaço ou equipamento público acessível. Quatro entrevistados afirmaram não conhecer, sendo que 2 confundiram o espaço público com o privado, um deles citando um banco e o outro um *shopping center*. Apenas 1 entrevistado arriscou-se a sugerir um local, mas também citou o *shopping center*, o qual trata-se de um espaço privado. Aqueles que alegaram não conhecer um espaço ou equipamento público acessível, frisaram a falta de infraestrutura em atrativos turísticos como o

Mercado Público Central e a Praça Coronel Pedro Osório. Segundo os entrevistados, as calçadas e rampas não oferecem acessibilidade à população.

[...] eu tenho ali minhas perspectivas. Assim... uma pessoa cega, deve ser muito complicado se locomover, e eu não sei como elas vão conseguir sem ter alguma coisa que indique os lugares, eu acho muito, muito complicado. Precisa de tipo né, na minha visão, nas ruas, precisa de alguém pra guia-las porque não tem acessibilidade. (ACADÉMICO D, 2016)

No que se refere ao espaço privado, foram citados como acessíveis o salão de festas Pirâmide, localizado na Avenida Fernando Osório, o qual, segundo um entrevistado, possuía piso antiderrapante e um elevador, que apesar de não ter sido pensado para uma pessoa com deficiência, permitia que essa pudesse se deslocar. O *shopping center* foi mencionado pela maioria. Nesse sentido, os entrevistados elencaram aspectos positivos como piso plano, placas sinalizando acessibilidade no local, existência de rampa e banheiro acessível. E um entrevistado, apesar de citar o *shopping center* e listar aspectos positivos, também alertou para pontos fracos como a ausência de um intérprete de Língua Brasileira de Sinais e materiais em braile.

Em se tratando da acessibilidade no *trade* turístico, 2 entrevistados afirmaram não ter conhecimento acerca da acessibilidade nos empreendimentos, por não serem naturais do município de Pelotas. Já 1 disse não lembrar, mas acreditar que o Hotel Jacques Georges seja acessível pelo fato de possuir um elevador o qual o cadeirante consegue se locomover. Outro entrevistado afirmou não conhecer estabelecimentos, comentando ainda, sobre experiências negativas a respeito. Apenas um entrevistado citou, de imediato, um estabelecimento o qual considera acessível: a Lancheria Ronaldo Lanches. Segundo o acadêmico, o estabelecimento possui piso tátil, a calçada dispõe de rampa, e a entrada possui dimensões que comportam o ingresso de um cadeirante. Porém, apesar disso citou fatores negativos como a falta de sinalização de dispositivos de acessibilidade e a circulação entre as mesas ser difícil pelo pouco espaço disponível.

A sexta pergunta questionava o que os entrevistados entendiam por turismo acessível. Nesse sentido, 3 entrevistados associaram à ideia de liberdade de se locomover em qualquer lugar, sem a dependência de um indivíduo, tendo as mesmas oportunidades que os demais. Destes, um alertou ainda, para necessidade de profissionais qualificados que possam dar assistência à pessoas com deficiência. Um entrevistado alegou não saber o que pode ser, pelo fato de não existir acessibilidade, principalmente em localidades mais carentes. E, apenas um associou ao direito de todos acessarem locais turísticos: “[...] talvez, tipo... Acessibilidade nos locais turísticos, nos pontos turísticos, pra que todo mundo possa ver a mesma coisa, no mesmo lugar. Em hotéis... Acho que é isso.” (ACADÉMICO D, 2016)

A penúltima pergunta fazia referência sobre de que forma a Universidade (UFPel) poderia contribuir para enriquecer as discussões sobre acessibilidade. De maneira unânime, foi citada a necessidade de conscientização da população e do *trade* turístico com palestras, por exemplo. Também foi assinalada a possibilidade de parcerias com empresas no intuito de minimizar as barreiras arquitetônicas, com órgãos públicos como a Prefeitura e parceria do Curso de Bacharelado em Turismo com outros cursos da Universidade Federal de Pelotas.

Por fim, a última pergunta questionava o que deveria ser feito para melhorar o cenário atual de acessibilidade no município. Assim como na pergunta anterior,

foi assinalada a necessidade de conscientização da população e a necessidade de reformas estruturais no município, principalmente nas ruas. Ainda, outro aspecto salientado, foi a aliança entre poder público e população no intuito de construir um município mais acessível. Desse modo, os resultados permitiram inferir a necessidade de discussões cotidianas sobre acessibilidade, tendo em vista o pouco conhecimento dos entrevistados acerca desse assunto.

#### 4. CONCLUSÕES

A partir deste estudo identifica-se que Pelotas ainda não é um município acessível de acordo com os entrevistados. Segundo estes, apesar de alguns espaços público e privados alegarem possuir condições de acessibilidade, a maioria dispõe apenas de uma rampa ou banheiro adaptado para pessoas com deficiência física. Desse modo, quando o assunto é acessibilidade, percebe-se que há um direcionamento para as questões relacionadas apenas às pessoas com deficiência física.

Portanto, esse estudo inferiu a necessidade de dar continuidade à ações de conscientização e sensibilização no que se refere à acessibilidade pois mesmo recentemente ter acontecido a XI Semana Acadêmica do Curso de Turismo, a qual tinha como tema “Acessibilidade no Turismo”, os discentes demonstraram pouco conhecimento sobre a acessibilidade no campo turístico. Além disso, o entendimento destes sobre acessibilidade está restrito a uma questão física, sendo que a acessibilidade se manifesta em outras formas como a acessibilidade linguística e atitudinal, por exemplo.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELLOS, Ana Paula de; CAMPANTE, Renata Ramos. **A acessibilidade como instrumento de promoção de direitos fundamentais.** In: Manual dos direitos da pessoa com deficiência. Coord: FERRAZ, Carolina V.; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; e; LEITE, Glauco Salomão. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

DARCY, S. **Setting a Research Agenda for Accessible Tourism.** Austrália: Cooperative Research Centre for Sustainable Tourism, 2006.

SANTINI, R. de C. G. **Dimensões do lazer e da recreação.** São Paulo: Angelotti, 1993. 101 p.